O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratizacão mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano VI | Volume 18 | Nº 52 | Boa Vista | 2024

http://www.ioles.com.br/boca

ISSN: 2675-1488

https://doi.org/10.5281/zenodo.11207001

BOLETIM DE CONJUNTURA

www.ioles.com.br/boca

DINÂMICAS DE FRONTEIRA: CONSTRUÇÃO E PERCEPÇÃO NAS ZONAS LIMÍTROFES DE RIO BRANCO/UY E JAGUARÃO/BR[1]

Juliana Porto Machado[2]

Bruno César Alves Marcelino[3]

Rodrigo da Costa Segóvia[4]

Resumo

O estudo visa entender a dinâmica das fronteiras, focando na complexa interação cultural e histórica entre os transeuntes da cidade de Jaguarão, no Brasil, e Rio Branco, no Uruguai. O objetivo principal é discutir sobre o papel das fronteiras como espaços multidimensionais que influenciam as interações sociais, culturais e econômicas, destacando sua dualidade como barreiras (reais/imaginárias) e zonas de transição que moldam a organização territorial e as identidades locais. Analisando como as fronteiras enfrentam os desafios impostos pela globalização e como a geminação de cidades pode facilitar a cooperação internacional e os intercâmbios culturais. Utilizando uma metodologia qualitativa, esta análise se baseia numa revisão bibliográfica de artigos, teses e dissertações recentes, complementada por fontes históricas clássicas e contemporâneas sobre o tema de fronteiras e cidades gêmeas. Os resultados demonstram que, apesar dos desafios impostos pela globalização e as políticas de fortalecimento de fronteiras, cidades como Jaguarão e Rio Branco exemplificam como as fronteiras podem ser permeáveis e dinâmicas, facilitando a cooperação e o intercâmbio cultural. Conclui-se que as fronteiras são zonas de transição que oferecem oportunidades para o desenvolvimento de políticas urbanas e estratégias econômicas mais integradas, promovendo uma globalização mais inclusiva e solidária. Este estudo destaca a importância de repensar as fronteiras não como barreiras, mas como pontes para a cooperação e coexistência cultural.

Palavras-chave: Cooperação Internacional; Interação Cultural; Intercâmbios Culturais.

Abstract

The present study explores the dynamics of borders, focusing on the complex cultural and historical interaction between Jaguarão, Brazil, and Rio Branco, Uruguay. The main objective is to discuss the role of borders as multidimensional spaces that influence social, cultural, and economic interactions, highlighting their duality as barriers (real/imaginary) and transition zones that shape territorial organization and local identities. It examines how borders address the challenges posed by globalization and how city twinning can facilitate international cooperation and cultural exchanges. Using a qualitative methodology, this analysis is based on a literature review of recent articles, theses, and dissertations, complemented by classic and contemporary historical sources on the topic of borders and twin cities. The results show that despite the challenges posed by globalization and border strengthening policies, cities like Jaguarão and Rio Branco exemplify how borders can be permeable and dynamic, facilitating cooperation and cultural exchange. It concludes that borders are transition zones that offer opportunities for the development of more integrated urban policies and economic strategies, promoting a more inclusive and supportive globalization. This study highlights the importance of rethinking borders not as barriers, but as bridges for cooperation and cultural coexistence.

Keywords: Cultural Exchanges; Cultural Interaction; International Cooperation.

[1] O presente trabalho contou com o apoio institucional da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do Centro Latino-Americano de Estudos em Cultura (CLAEC).

[2] Professora da Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ). Doutora em Memória Social e Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). E-mail: julianamachado209@gmail.com

[3] Doutorando em Estudos Sociais Interdisciplinários de Europa e América Latina pela Universidad Nacional de La Plata (UNLP) / Universität Rostock (UniRostock). E-mail: brunomarcelino@usp.br

[4] Doutorando em Geografia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). E-mail: rodrigo.turismo.unipmpa@gmail.com

INTRODUÇÃO

Como temática principal deste estudo buscamos compreender as fronteiras por meio de conceitos multidimensionais que vão além das simples divisões físicas, atuando como espaços de interação social, cultural e econômica. Através de uma ampla revisão de literatura, percebe-se a dualidade das fronteiras, que funcionam tanto como barreiras que separam quanto como zonas de transição que acolhem e facilitam trocas e interações. Elas são vistas como construções sociais e culturais que influenciam as interações humanas e a organização territorial.

Dessarte, a permeabilidade das fronteiras varia, sendo influenciada por fatores políticos, econômicos e sociais que podem afetar diretamente a dinâmica de poder, onde o controle efetivo das fronteiras pode conferir autoridade política e econômica significativa. E nesse processo, as fronteiras contribuem para a construção de identidades, reforçando a diferenciação entre "nós" e "eles" e moldando identidades nacionais e locais através de processos de inclusão e exclusão. Em um contexto de globalização, enfrentam desafios como o enfraquecimento das demarcações tradicionais e a emergência de novas formas de barreiras. Esses desafios exigem a iniciativa de novas abordagens para a gestão e percepção das fronteiras, adaptando-se aos fluxos mais livres de capital, trabalho e informação. Outrossim, vincula-se a discussão sobre fronteiras à prática de geminação de cidades, no campo de formulação de parcerias que auxiliam a promover a cooperação internacional e intercâmbios culturais.

Em nosso escopo de discussão temos Jaguarão e Rio Branco, situadas em lados opostos da fronteira entre Brasil e Uruguai, exemplificam a complexidade e dinamismo das interações fronteiriças. A evolução histórica dessas cidades foi marcada por conflitos entre as coroas portuguesa e espanhola, o que influenciou as interações sociais e culturais na região. A influência dos povos indígenas e dos colonizadores europeus gerou uma zona de trocas culturais, onde a fronteira está além do limite físico e se estabelece como um lugar de interação e coexistência. A construção da Ponte Internacional Barão de Mauá destaca-se como um marco físico e simbólico que liga as duas cidades, facilitando a interação sociocultural entre elas. Esta conexão é um exemplo de como infraestruturas podem influenciar as relações fronteiriças, promovendo uma convivência contínua que beneficia ambas as comunidades.

Posto isso, têm-se a geminação de cidades que pode ser percebida como uma juntura para a elaboração e implementação de políticas urbanas e estratégias econômicas. Essa abordagem facilita a chamada globalização do cuidado, promovendo a proximidade e solidariedade entre comunidades. Com base nesse entendimento, surge a necessidade de uma compreensão mais abrangente das fronteiras, reconhecendo-as como espaços dinâmicos e medulares para a configuração do mundo contemporâneo e para as práticas que transcendem suas limitações físicas.

No que tange a identidade os sujeitos dessa região fronteiriça refletem a cultura híbrida que extrapola as fronteiras nacionais, demonstrando como as áreas de fronteira são transformadoras e tornam-se espaços de compartilhamento e coexistência cultural. Nessa linha de reflexão, o objetivo geral dessa pesquisa bibliográfica é discutir sobre o papel das fronteiras como espaços multidimensionais que influenciam as interações sociais, culturais e econômicas, destacando sua dualidade como barreiras (reais/imaginárias) e zonas de transição que moldam a organização territorial e as identidades locais. Analisando como as fronteiras enfrentam os desafios impostos pela globalização e como a geminação de cidades pode facilitar a cooperação internacional e os intercâmbios culturais, demonstrando essas dinâmicas através das interações entre Jaguarão e Rio Branco. A justificativa para esta pesquisa se baseia na proximidade que os autores possuem com a região bem como na necessidade de entender as fronteiras além de meras divisões físicas, reconhecendo-as como espaços dinâmicos que influenciam as identidades sociais, culturais e econômicas.

Metodologicamente, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa com foco na análise de fontes bibliográficas, incluindo a revisão de artigos nacionais e internacionais publicados nos últimos quatro anos, bem como a análise de teses e dissertações produzidas nos últimos cinco anos. Além disso, serão utilizados como fontes livros fundamentais sobre o tema de fronteiras e cidades gêmeas, tanto de autores clássicos quanto contemporâneos, trazendo uma perspectiva diversificada sobre o assunto. Essa abordagem permitirá a compreensão de diferentes olhares sobre as mecânicas de fronteira, considerando a evolução do pensamento acadêmico e as variadas interpretações do papel das fronteiras como zonas de transição e interação. Essas fontes podem ser identificadas ao longo do texto, que foi organizado em cinco seções sendo elas a Introdução, em que se apresenta os principais pontos de discussão, a Metodologia que discorre sobre as formas de análise e busca de fontes, a seção Fluidez da Fronteira voltada para a análise do categoria de fronteira e suas laborações, a seção denominada Jaguarão e Rio Branco: um estudo das dinâmicas históricas e culturais em zona de fronteira versa sobre as implicações desses achados, levando a Considerações finais que sintetiza os principais desdobramentos das discussões realizadas.

METODOLOGIA

Para elucidar os objetivos delineados nesta pesquisa optou-se por pesquisa bibliográfica, considerada uma abordagem metodológica que se destaca na investigação científica por sua capacidade de fundamentar teoricamente estudos através de uma extensa revisão de literatura existente, que inclui artigos acadêmicos, livros, teses e dissertações. Este método é utilizado para a identificação de lacunas

no conhecimento existente e para a formulação de novas perguntas de pesquisa que possam avançar no entendimento de temas específicos. Os autores Silva *et al* (2021), apresentam a pesquisa bibliográfica como uma técnica chave dentro dos estudos científicos de natureza qualitativa. Os autores definem essa modalidade de pesquisa como um método para coleta de dados voltado para a construção do conhecimento dentro de uma perspectiva científica rigorosa. Acrescem que a pesquisa bibliográfica transcende o mero levantamento de literatura existente servindo como um mecanismo para desenvolver uma compreensão teórica minuciosa e articulada sobre o tema investigado.

Os autores precitados argumentam que a pesquisa bibliográfica é central para estabelecer o estado da arte de um tema, fornecendo uma base teórica sólida que apoia o desenvolvimento de pesquisas científicas. Esta metodologia permite aos pesquisadores identificar, revisar e sintetizar os estudos existentes, o que contribui para a identificação de lacunas no conhecimento e sugere direções para futuras investigações, permitindo assim um diálogo contínuo entre a teoria e a prática. Corroborando com esse posicionamento tem-se em Brito *et al*. (2021), a pesquisa bibliográfica como suporte estrutural para todas as fases de um estudo acadêmico. Essa modalidade de pesquisa auxilia na definição de problemas e objetivos, na elaboração de hipóteses e justificativas, estabelecendo-se como indispensável na construção do relatório final de uma pesquisa.

Uma vez que esse método emprega o uso de bases de dados para expandir o escopo das investigações científicas. Esse aspecto permite aos pesquisadores abordarem uma diversidade maior de fenômenos do que seria possível apenas por meio de pesquisas diretas. Alertando sempre para a necessidade de verificar a exatidão e coerência das informações obtidas, recomenda-se a utilização de múltiplas fontes para garantir a precisão dos dados coletados em pesquisa bibliográfica. Dessa forma, a pesquisa bibliográfica na formação de um arcabouço teórico auxilia a entender e explicar fenômenos complexos dentro de várias disciplinas científicas, como uma estratégia dinâmica e adaptativa que deve ser continuamente refinada à medida que novas informações são descobertas, assegurando assim a relevância e a atualidade do conhecimento científico produzido.

Com base nessas visões, esta pesquisa explorou a complexidade das dinâmicas fronteiriças através de uma análise bibliográfica, inicialmente focando no catálogo de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Foram identificadas inicialmente 39 teses e dissertações utilizando as palavras-chave "fronteira" e "cidades gêmeas" para o período de 2019 a 2023. Após um processo de refinamento, cinco trabalhos foram selecionados para análise devido à sua relevância direta com o tema proposto. Por conseguinte, a metodologia empregada também envolve a análise de conteúdo (BARDIN, 2016).

Este processo é dividido em três etapas principais, a Pré-análise, fase inicial, realiza-se uma leitura flutuante dos documentos selecionados para familiarização com o conteúdo e para preparar o material para a exploração mais detalhada. Este passo ocorre para firmar uma primeira impressão e orientação sobre o material coletado; já a Exploração do material, utiliza-se a técnica de codificação para organizar os dados através da classificação e agregação em categorias temáticas, que são alinhadas aos objetivos do estudo. Esta fase permite a organização das informações e a identificação de padrões e temas relevantes e o Tratamento dos resultados e interpretação; envolve a análise e interpretação dos dados categorizados, culminando na síntese das principais descobertas do estudo. Este passo é necessário para entender as complexidades das dinâmicas fronteiriças e para responder às questões de pesquisa propostas.

Em retomada às teses e dissertações verificadas sobre a temática deste estudo, têm-se a investigação intitulada "O Direito à Cidade na Fronteira Brasil-Paraguai: A Democracia Participativa nas Cidades Gêmeas de Ponta Porã (BR) e Pedro Juan Caballero (PY)" de Felipe Pereira Matoso (2020), que analisa a eficácia da democracia participativa nas cidades gêmeas mencionadas, destacando a discrepância entre a legislação e a realidade urbana que limita a participação cidadã.

Já José Roberto Faria e Faria (2020), na pesquisa “Fronteira, cidades gêmeas e escolas de fronteira: educação como eixo de integração fronteiriça”, discute o potencial do Programa Escola Intercultural Bilíngue de Fronteira como ferramenta de integração educacional que respeita a diversidade cultural das regiões fronteiriças. Por conseguinte, Lorena Maia Resende (2019) em seu trabalho “Cartografia urbana na linha de fronteira: travessias nas cidades-gêmeas Brasil-Uruguay”, explora a cartografia das travessias urbanas entre as cidades gêmeas do Brasil e Uruguai, proporcionando uma nova compreensão das dinâmicas sociais e culturais que ocorrem na fronteira.

Na tese de Edenilson Dutra de Moura (2021), “Do Oiapoque ao... vislumbrar da dinâmica territorial urbana na fronteira franco-brasileira”, se investiga as reconfigurações urbanas de Oiapoque e Saint-Georges de L'Oyapock na Amazônia Internacional, evidenciando como políticas governamentais impactam diferentemente as duas cidades gêmeas. Já na tese “A un paso de la frontera: dinâmicas fronteiriças e migratórias em localidades situadas junto à fronteira Brasil-Uruguai e Brasil-Venezuela” cuja autoria é de Átila Rabelo Tavares da Câmara, o cerne se concentra em explorar as ambiguidades da fronteira como um espaço que separa e aproxima nações, focando nas interações sociais e dinâmicas migratórias em áreas urbanas ao longo das fronteiras Sul e Norte do Brasil. Investigando as experiências de migrantes e moradores locais, abordando suas percepções e desafios relacionados à travessia fronteiriça. Esses trabalhos científicos oferecem análises e dados empíricos recentes que ampliaram o entendimento das complexidades das dinâmicas fronteiriças.

Isto posto, além do catálogo da CAPES, outras plataformas acadêmicas como Google Scholar, Jstor, Scopus e Scielo foram consultadas usando as mesmas palavras-chave. Esta pesquisa incluiu também artigos internacionais que serão discutidos ao longo do texto, assim como livros de autores renomados e especialistas na temática de fronteira. A abordagem interdisciplinar adotada permitiu uma discussão que integra perspectivas históricas e contemporâneas sobre as cidades gêmeas e as dinâmicas de zona fronteiriça.

A FLUIDEZ DAS FRONTEIRAS

A fronteira em sua definição se desprende do rigor lhe imposto, ao ser uma essência com ranhuras, híbrida, heterogênea e profusa. Em um cenário de múltiplas definições sobre seu conceito, seja em verificações subjetivas-especulativas ou em fundamentada-precisa, voltamo-nos para os saberes da geografia e da interdisciplinaridade que mais adequado nos parece para as discussões e proposições da temática explorada. Pois, a fronteira se delineia tal qual uma borda (FUÃO, 2019), em uma imprecisão do começo ou do desfecho de si. Ultrapassando a linha, se constituindo em borda, em uma zona de um *continuum* de modificação, que abraça o ser diferente, o lugar e o não lugar, o daqui e o de lá, o Eu e o Outro, no encontro de biomas e vidas se cria a fronteira.

Em uma visão de definições, no artigo *Boundaries, Borders and Frontiers: Contemporary and Past Perspectives*, de autoria de Langer e Fernandez-Götz (2020), os autores examinam a natureza e a evolução dos conceitos de limites, fronteiras e territórios. Argumentam que, ao contrário de serem meramente demarcações físicas, as fronteiras representam construções sociais, culturais e políticas que influenciam significativamente as relações humanas e a organização territorial. Destacam a dualidade das fronteiras como barreiras que segregam e como pontos de contato que facilitam a interação e a troca, sugerindo uma complexidade inerente que vai além de uma simples divisão espacial.

Voltam-se em suas análises para a permeabilidade das fronteiras, observando a facilidade com que pessoas, bens e ideias as atravessam e que varia devido a fatores políticos, econômicos e sociais. Esta permeabilidade afeta diretamente a dinâmica de poder, uma vez que o controle eficaz das fronteiras pode conferir autoridade política e econômica. Além disso, as fronteiras contribuem para a construção de identidades, onde frequentemente reforçam a diferenciação entre Nós e Eles, enquadrando assim as identidades nacionais e locais através de processos de inclusão e exclusão (LANGER; FERNANDEZ-GÖTZ, 2020).

No contexto da globalização, os autores alertam sobre os novos desafios que as fronteiras enfrentam, incluindo o enfraquecimento das demarcações tradicionais e a emergência de novas formas

de barreiras. Esse cenário globalizado impulsiona fluxos mais livres de capital, trabalho e informação, ao mesmo tempo em que exige novas abordagens para a gestão e percepção das fronteiras. Nesse sentido, Jayne *et al* (2013) abordam a prática de geminação de cidades, destacando sua relevância na promoção da cooperação internacional, intercâmbios culturais e transferência de conhecimentos e políticas urbanas. Ao defenderem que estas parcerias, conhecidas como City Twinning (cidade gêmea), são fundamentais no contexto da globalização e das políticas neoliberais, pois facilitam o diálogo e a aprendizagem mútua entre cidades de diferentes países. Essas colaborações são particularmente valorizadas por sua capacidade de fomentar a chamada globalização do cuidado, que promove a proximidade e a solidariedade entre comunidades urbanas através de programas que incluem visitas cívicas, intercâmbios educacionais e cooperação cultural.

De certa forma, a geminação de cidades pode ser um elo para a adaptação e transferência de políticas urbanas, permitindo que as cidades compartilhem soluções para desafios comuns como o planejamento urbano e o desenvolvimento econômico. A análise de Jayne *et al* (2013) se aprofunda no caso de Manchester para ilustrar como a geminação pode não apenas promover a cooperação cultural e social, mas desenvolver estratégias econômicas e políticas que ultrapassam fronteiras nacionais.

Na obra de Sohn (2023), há uma exploração detalhada do livro *Twin Cities across Five Continents*, de Ekaterina Mikhailova e John Garrard, que se debruça sobre o fenômeno das cidades gêmeas com uma abordagem abrangente. Sohn destaca a complexidade das interações e das tensões que surgem em aglomerações urbanas próximas geograficamente, tanto dentro de um mesmo país quanto em nações distintas separadas por fronteiras. A análise feita por Mikhailova e Garrard é multidisciplinar, iluminando as sinergias e os conflitos que caracterizam as relações entre essas cidades, que, apesar da proximidade geográfica, apresentam diferenças significativas em aspectos demográficos, econômicos, culturais e identitários. Estas diferenças são determinantes para as trajetórias de desenvolvimento dessas cidades e para as dinâmicas de cooperação e competição entre elas. A pesquisa enfatiza a importância crítica das fronteiras, tanto internas quanto internacionais, na modelagem das interações urbanas e no entendimento das complexas relações de poder e governança nas cidades gêmeas.

Nessa perspectiva, no livro *Societies in Transition in Early Greece: An Archaeological History*, de Alex R. Knodell (2021) o pesquisador explora as transformações sociopolíticas na Grécia Antiga através de uma abordagem arqueológica. Explanando sobre a complexidade das mudanças territoriais e as concepções de fronteiras durante esse período, argumentando que estas eram percebidas de maneira mais fluida e relativa, diferentemente das demarcações políticas rígidas contemporâneas. Ele sugere que os territórios eram entendidos como áreas delimitadas e como redes dinâmicas de locais, rotas e relações

sociais, o que pode contribuir para a compreensão das práticas de geminação de cidades e da interação transfronteiriça na atualidade.

Voltado para essa linha de pensamento, Solé (2024), argumenta que a instalação transforma a fronteira de uma barreira física em um espaço de interação e comunicação. Ao conectar corpos e cidades através da tecnologia, o autor cria um contra narrativa que desafia as noções convencionais de fronteiras como zonas de separação. Em vez disso, a fronteira é apresentada como um espaço relacional e dinâmico, onde ocorre a coexistência e interação de corpos biológicos, tecnológicos e urbanos. Em seu estudo Solé, propõe que a arte pode reconfigurar e renegociar espaços, transformando fronteiras físicas em locais de encontro e diálogo.

Logo, Navarro (2023) discute a função das fronteiras no continente americano em uma escala espacial mais ampla, porém sob uma ótica conceitual semelhante. Ele destaca que as fronteiras representam não apenas os vestígios históricos das conquistas coloniais e a distribuição territorial entre as potências, mas também cenários de conflitos recentes e persistentes. De acordo com Navarro, a migração constante ao longo dessas fronteiras demonstra que, apesar dos esforços para torná-las impenetráveis e transformá-las em barreiras físicas, elas permanecem permeáveis e retêm um significado simbólico profundo. Ele exemplifica essa dinâmica com a fronteira entre o México e os Estados Unidos, que se estende por mais de três mil quilômetros e é palco de intensos e muitas vezes violentos processos de hibridização e sincretismo cultural, evidenciados tanto nas proximidades imediatas quanto em áreas distantes da linha divisória.

Navarro (2023) explica que as fronteiras, além de refletirem a diversidade de identidades e culturas em interação, evidenciam claramente as desigualdades entre as populações quanto às condições de vida, acesso ao desenvolvimento humano e direitos universais. Ele observa que a permeabilidade das fronteiras varia significativamente, sendo frequentemente assimétrica. A pandemia de coronavírus ilustra essa assimetria, pois rapidamente ultrapassou fronteiras nacionais através do tráfego aéreo internacional, evidenciando que o fechamento administrativo das fronteiras foi ineficaz em conter a infecção. Navarro também aponta que, no nível mais direto de contágio entre indivíduos, medidas como máscaras e práticas de higiene e distanciamento não foram suficientemente eficazes para impedir a disseminação do vírus em qualquer lugar.

Nessa direção, o artigo *Les frontières de l'Amérique du Nord: Enjeux et perspectives* de Michel Goussot (2020), temos as fronteiras da América do Norte analisadas em suas divisões geográficas e como regiões dinâmicas de interação e conflito. Goussot destaca a dualidade das fronteiras, particularmente entre os Estados Unidos e seus vizinhos, Canadá e México, onde funcionam tanto como barreiras quanto como pontes/elos.

Para a fronteira EUA-Canadá, a discussão se centra na sua história de relativa paz e cooperação econômica, com fluxos comerciais intensos que refletem uma integração regional importante. Essa fronteira é vista como um espaço de fácil transição, onde os acordos como o NAFTA (Acordo de Livre Comércio da América do Norte) e o USMCA (Acordo Estados Unidos-México-Canadá) facilitaram ainda mais a mobilidade de bens e serviços.

Em contraste, a fronteira EUA-México é apresentada como um local de desigualdades econômicas marcantes e desafios de segurança. Essa fronteira é descrita como uma das mais atravessadas do mundo, com uma mobilidade humana intensa que inclui tanto a migração legal quanto ilegal. As políticas de segurança norte-americanas, especialmente após os ataques de 11 de setembro e durante a administração Trump, tentaram fortalecer esta fronteira, refletindo as preocupações com a imigração ilegal e a segurança (GOUSSOT, 2020). Assim, eventos globais, como a pandemia de Covid-19, impactaram a percepção e a gestão das fronteiras, forçando fechamentos temporários e reavaliações das políticas de fronteira, o que destaca a natureza mutável e reativa das fronteiras em resposta a crises globais.

Complementaram ao posto por Goussot (2020), no que tange as fronteiras na América Latina, essas são representadas como espaços de intensa interação política, econômica e ambiental. Medina (2020) explora como essas áreas transcendem a simples função de divisão territorial e refletem dinâmicas complexas de poder, preservação e predação. As fronteiras são apresentadas pela autora como zonas críticas, onde se manifestam as tensões continentais relacionadas à segurança nacional, ao desenvolvimento local, à conservação ambiental e à exploração de recursos. As fronteiras são vistas além das linhas divisórias, percebidas como zonas de intensa interação e contradição. São simultaneamente locais de separação e de encontros, de fechamentos e de abertura, representando um espaço onde se manifestam os desafios da integração e da segurança, além das tensões entre conservação ambiental e exploração econômica.

Alfonso e Canales (2023) fornecem uma análise detalhada dos desafios e dinâmicas das regiões urbanas de fronteira na América Latina, abordando três aspectos fundamentais que moldam estas áreas: políticas públicas, dinâmica social e transformações econômicas. Eles apontam que as políticas públicas nestas regiões são influenciadas por uma combinação de pressões internacionais e exigências locais, o que cria um ambiente de governança complexo e multifacetado. A dinâmica social, por sua vez, é significativamente afetada pelos fluxos migratórios e pela diversidade cultural, aspectos que podem fomentar tanto conflitos quanto colaborações. Além disso, destacam que as atividades econômicas transfronteiriças são centrais, pois embora fomentem o desenvolvimento, também podem perpetuar a precariedade. Os autores também introduzem o conceito de cidades gêmeas como uma manifestação

crescente da integração transfronteiriça, onde a proximidade entre cidades de diferentes países facilita uma interação cultural e econômica que é tanto benéfica quanto complexa, afetando diretamente a governança e as práticas culturais urbanas.

Nessa direção, Brites (2018) discute as peculiaridades das áreas urbanas conhecidas como cidades gêmeas, que se localizam em países diferentes, mas partilham uma fronteira comum, configurando-se como zonas de vigorosa interação socioeconômica e cultural. Segundo o autor, estas cidades desenvolvem uma relação simbiótica que se baseia na proximidade geográfica e na necessidade mútua, resultando em uma forte interdependência que engloba aspectos como comércio, cultura e políticas sociais. Brites ressalta que, embora essas cidades compartilhem desafios comuns, elas colaboram para maximizar as oportunidades de desenvolvimento, fortalecendo suas conexões infraestruturais e institucionais. Essa cooperação é vista como um meio de aprimorar as condições de vida das populações envolvidas e de promover a integração transfronteiriça, com projetos conjuntos que superam barreiras nacionais e fomentam um ambiente de colaboração mútua.

Quiçá, por trazer em si um caráter enevoado, a fronteira é constantemente atingida de forma vigorosa com as duplicidades das alteridades, ora atuando como uma fronteira acolhedora e sensível aqueles que a procuram por segurança e ora sendo lugar de dor, perdas e violência, em que o respeito pelo Outro termina ao ultrapassar a linha imposta. Trabalhamos aqui, com a fronteira fluida, de trocas e compartilhamentos em meio ao reconhecimento do termo cidade gêmea.

Com isso, pode-se considerar que as fronteiras são esses espaços que funcionam simultaneamente como locais de separação e de encontro, moldados por políticas econômicas e de segurança, bem como por eventos internacionais. Em um recorte temporal retornamos a fronteira em suas bases exordiais. Em razão disso, refletir sobre fronteira é perpassar por diferentes períodos e correntes científicas, que irão demonstrar ao longo do distanciamento tempo espaço as formas como foi sendo empregada o termo, nesse sentido, temos a relação de fronteira com limite, de acordo com Castrogiovanni e Gastal (2006), essa, nasce no contexto europeu, na incidência do Tratado de Westefália, no ano de 1648, em defluência dos avanços, no período Renascentista, dos campos científicos matemáticos, astronômicos e cartográficos que impulsionaram a delinear lugares, espaços e territórios em meio à criação do movimento de Nação, com a efetivação de um ideal de Estado.

Porém, antes da institucionalização da fronteira, havia a fronteira e o limite territorial carregados de misticismos, de elementos religiosos e sagrados, sendo respeitados por aqueles que a viviam, sejam grupos étnicos americanos, chineses, africanos e outros. O que correspondia ao limite da fronteira poderia ser, a título de exemplo, um braço de água, uma marca no relevo ou um aglomerado de pedras.

Nesse cerne, a fronteira e seu limite era uma produção simbólica que será diferentemente interpretada e traçada ao longo do tempo.

Nas sociedades originárias, denominadas em uma visão eurocêntrica como pré-históricas, o sentido de propriedade e de posse e o status de pertencente a alguém não era praticado. O solo era de todos, fonte de vida que era cultivado pelos diversos grupos étnicos que estabeleciam diferentes relações com ele. A História os classifica como Caçadores e coletores, com aspectos da cultura do nomadismo, pois o sistema de exploração do solo pela agricultura era minimamente aplicado. O solo era utilizado para sobrevivência, a coleta de alimentos provindos naturalmente, como frutas; a natureza era o centro da vida, era por ela e através dela que os sujeitos se deslocavam, consequentemente, no espaço, quando ocupado, firmavam-se fronteiras moldáveis, que eram modificadas constantemente. Em sua essência coletiva, cada grupo étnico estabelecia uma fronteira de proteção contra possíveis agressores. O território de cada grupo estava embasado no hierático, a fronteira se transmutava em algo vivo, a partir da crença desses, que a utilizavam como lugar das divindades, recebendo oferendas e glorificações.

Claval (*apud* FERRARI, 2014) menciona o mito de fundação de Roma, quando Rômulo traça no Palatino uma fenda que demarcaria a fronteira simbólica que diferenciaria um lugar de outro. Nessa passagem do mito, Remo ultrapassa a fenda de modo escarnico, desrespeitando o limítrofe em seu real valor sagrado e sendo dessa forma punido com a morte, pelas mãos de Rômulo. Nisso, o valor adotado para a fronteira correspondia ao respeito do divino, algo que deveria ser protegido contra aqueles que a desonram com invasão e broma.

No período da Antiguidade, a fronteira conserva seu vínculo com a religiosidade e depois passa a apresentar a característica que lhe acompanharia no tempo, a apropriação do território e o rigor em delimitar o que pertence a quem, com a demarcação do espaço, por meio de fortificações humanamente construídas. Martin (1997) trata do Império Romano, que estabelece em suas fronteiras os limes, elementos estratégicos para definir os melhores lugares de ocupação e exploração, os limes eram utilizados como forma de ligar os diversos espaços dominados pelo império romano. O lime erguido no território que correspondia à Antiga Alemanha era composto por um forte poderio militar que protegia a fronteira de conquistadores, utilizando, a seu redor, estacadas como proteção. Nessa fronteira fixa, foram abundantes as trocas sociais, culturais, econômicas e políticas entre os fronteiriços, o que influenciaria também na linguagem do povo europeu. Historicamente, a queda do lime romano ocorre por volta do século V d.C. Claramente, desenhava-se a fronteira como proteção e propriedade, que separa um povo de outro. Mais à frente, as fronteiras criadas se dissolveriam numa compreensão de fronteiras naturais junto aos rios Reno e Danúbio, que passam a ser protegidos também por meio de estacadas fincadas ao solo (FERRARI, 2014).

Nesse prelúdio da fronteira, Martin (1997) destacará o estabelecimento das fronteiras do Império da China, originário do desejo de defender os domínios territoriais conquistados. Para demonstrar a soberania do império chinês, é construída a grande muralha, uma fronteira artificial para a proteção contra os invasores vindos das estepes. A fronteira criada não seria capaz de cumprir sumariamente seu propósito, pois, quando atacada pelos Hunos, no séc. II a.C., esses invadem, saqueiam e destroem plantações e terras do Norte da China. Nesse contexto, a linha de fronteira criada pela muralha ocasiona a separação daqueles que eram nômades (considerados bárbaros) dos sedentários agricultores, uma divisão de povos e territórios.

No que tange à América, o autor segue a linha da não presença de tribos nômades e isso faz com que a invasão ocorra por aqueles que se consideravam desenvolvidos intelectualmente sobre os impérios dos chamados povos indígenas. Para ele, o Império Inca construiu trincheiras de proteção em suas zonas de fronteiras para se resguardarem dos invasores. Martin (1997) alude que os mesmos desenvolveram o princípio de propriedade particular, a terra pertence a alguém e nisso suas fronteiras tinham um caráter de expansão apesar da rigidez e da corrente mística que a cercava.

Em um recorte temporal, na Grécia na era clássica, as descobertas científicas nortearam o significado e a função da fronteira, desvinculando-a de seu estado de espaço sagrado e diferenciando-a para um espaço passível de ações geométricas. Martin atesta que, no berço da Geografia, a fronteira ainda permanecia às margens de uma definição concreta, em causa pela não existência real desta nos Estados-cidades gregos. Já no medievo, as fronteiras se desenvolvem como um acordo entre sujeitos, uma maneira de assegurar o domínio territorial, indo em direção a um sentido linear, pautado na inicial formação do Estado. A fronteira nesse contexto era tanto defensiva quanto um sulco no solo para marcar território (REFFESTIN, 1993).

No Renascimento, a fronteira edifica-se como uma ferramenta de poderio (jurisdição), uma constituição simbólica que representa o domínio do espaço por meio da Ciência, que se utiliza da linearização e define o espaço geográfico entre supremacias. Nesse âmbito, o desenvolvimento da Ciência, juntamente com a firmação do Estado moderno, ressignifica a fronteira como limite de poder político-administrativo-territorial de uma soberania sobre a outra, uma fronteira precisa e linear, representada em traços através dos mapas. Em referência a Martin (1997), destaca-se que o autor rememora que a fronteira linear nasce da geografia moderna, num momento em que se há de considerar o tempo e o espaço modificando-se em suas concepções em diferentes períodos e, com isso, a própria ideia do que seja fronteira sofre modificações.

O Tratado de Tordesilhas é um exemplo plausível dessa imagem de fronteira linear e de como ela passa a ser desenhada, tanto que, após a criação do Tratado de Tordesilhas, na Alemanha, no período

do Quinhentismo, ocorre a implementação de outros fatores que irrompem na linearidade da fronteira, quando a traçam reportando e considerando as diferenças de linguagem, desconsiderando os elementos da natureza como ferramentas fronteiriças, pois o que separa um de outro é a língua e a propriedade.

> [...] a fronteira, seria assim a expressão de urna interface biossocial, que não escapa à historicidade e que pode, por consequência ser modificada ou até mesmo ultrapassada. [...] as noções de limites e de fronteiras evoluíram consideravelmente [...] sem nunca desaparecerem (RAFFESTIN, 1993, p. 165).

Machado (1998) apresenta a palavra fronteira surgida como um fenômeno da vida, algo que nasce na espontaneidade, etimologicamente significa o que está na frente, o *frons-frontis*, seu uso estando distanciado de um conceito legal, político e intelectual que "[...] Na medida em que os padrões de civilização foram se desenvolvendo acima do nível de subsistência, as fronteiras entre ecúmenos tornaram-se lugares de comunicação e, por conseguinte, adquiriram um caráter político" (MACHADO, 1998, p. 41). Em seu caráter político estatal, a fronteira passa a ser um limite, originar-se-ia das imposições dos conflitos e acordos diplomáticos, um lugar de conquistas entre derrotados e vitoriosos, sendo-lhe atribuído um mundo de significados que desperta os imaginários daqueles que a habitam.

Como limite rígido surge com o Tratado de Westefália, em que o Estado moderno determina o fracionamento do espaço e as fronteiras entre as sociedades nacionais. A fronteira caminha em sua efetivação de caráter de conformação política dos territórios, pois, de acordo com Raffestin (1993, p. 166):

> Na verdade, a fronteira se insere numa categoria particular, pois os Estado-nações tomaram-na como um sinal, no sentido pleno e próprio do termo. Como tal, a fronteira é manipulada como um instrumento para comunicar uma ideologia. Sabe-se que a "principio" não se priva dela, ainda que nas sociedades evoluídas as manipulações se tornem mais difíceis. Quando a fronteira se tornou um sinal? Tornou-se um sinal quando o Estado moderno atingiu um controle territorial "absoluto" e tornou unívoca a mensagem fronteira- limite sagrado. Para aí chegar, foi preciso que se realizasse toda uma série de condições específicas, dentre as quais a linearização da fronteira é talvez a mais importante.

Em um aprofundamento da fronteira como linha, Raffestin (1993) aduz que cada linha equivale a uma zona geográfica e que desempenha três funções: a legal (sempre atuante), a de controle e a fiscal. Pode, quando for de interesse do Estado Nacional, ser uma zona de poder impermeável. No que tange à política e à fronteira, parte-se necessariamente do surgimento da Geopolítica, a partir dos estudos no final do século XIX, desenvolvidos na França e na Alemanha, em que a Geografia de cada país interfere nos posicionamentos e nas decisões políticas.

Como argumenta Ferrari (2014), com base na visão de Ratzel, o Estado seria um organismo vinculado ao solo (território) e seu poder sofreria com o espaço e a posição geográfica, o ambiente físico influiria no comportamento das relações humanas. Quanto à fronteira, essa seria uma composição de múltiplos pontos que impediriam e/ou fariam estagnar um deslocamento orgânico. O movimento de parar o deslocamento ocorre pelo fato da presença de bloqueios físicos como os afluxos de água ou ainda pelo encontro de deslocamentos contrários que impediriam a mobilidade, assim, as linhas de fronteiras avançariam.

Nessa direção, Raffestin (1993), em relação à fronteira natural, aponta que esse termo só era utilizado quando não se considera a historicidade, porque, dessa maneira, seria uma ferramenta de perpetuação do poder da classe dominante, uma vez que, efetivamente, a fronteira e seus limites (linhas lineares traçadas) são artificiais.

Então, Ratzel, citado por Mattos (1990), esclarece que as fronteiras são zonas constituídas pelos deslocamentos de povos, sendo o mar uma fronteira verdadeira, pois divide, preserva, defende e possibilita trocas culturais quando ativado para esse fim. Destarte, evidencia-se que o Estado, para ser firmado em suas funções, deve possuir territórios e estabelecer fronteiras. O Estado, como um corpo, teria na fronteira sua pele e, por isso, essas seriam constantemente disputadas, para aumentar o poder aquisitivo em meio a competições entre Estados. O território direcionaria os feitos humanos.

Nessa discussão, a fronteira ganha contornos humanos, em que suas demarcações entre zonas e linhas geográficas são estabelecidas pelo homem; as montanhas e os rios passam a ser dispositivos de confinamento pela definição social e política. Em incidência da Primeira Guerra Mundial, os contornos de fronteira, conforme desenvolvido por Ratzel, seriam retomados para a efetivação da Geopolítica na Alemanha. Mattos (1990) pondera sobre as definições de fronteira apresentadas pelo geógrafo Karl Haushofer, que defendia a não existência de limites fixos para as conquistas de domínios/crescimento do Estado. A fronteira natural e artificial não conseguiria compor claramente a fronteira, já que essa derivaria da penetração cultural do movimento iniciado por um povo em zonas geográficas. Nisso, defendia que o Estado pode se apossar e invadir outros territórios em seu projeto de expansão desde que tenha poder para isto, como uma forma de justificar as políticas expansionistas praticadas no nazismo.

Em certo ponto, em resposta às teorias levantadas por Haushofer, geógrafos franceses, como Ancel, em 1930, passam a apresentar a fronteira natural como espiritual com um elevado valor simbólico e cultural. Com base nos prolegômenos da Revolução Francesa, as fronteiras quando instauradas são invioláveis, conservando os acordos estabelecidos e evitando conflitos. Com isso, Ancel apresentaria uma fronteira alicerçada na História, que resgataria o sentimento de *appartenir* a um espaço coletivo. A fronteira linear é apenas uma forma ilusória de representar, por intermédio de desenho de

linhas, os limites em mapas cartográficos e a fronteira natural uma inventividade paisagística, sendo substituída por fronteira física, uma vez que, com o desenvolvimento tecnológico, elas podem auxiliar a transpor os entraves naturais como as montanhas e os rios (MARTIN, 1997).

A fronteira, pelo ponto de vista da Geopolítica, centrou-se em território e no movimento realizado pelo homem em torno desse, com a construção de manifestações culturais, o estabelecimento de relações econômicas e políticas e, principalmente, a defesa dos domínios, marcando-os a partir da produção de linhas cartográficas representadas nos mapas. De acordo com Mattos (1990), a fronteira encontra-se em ininterruptos fluxos, entre dividir e unir, proteger e atacar, quando violada.

Em um contexto americano, em meados de 1893, Turner apresenta a fronteira como propulsora do desenvolvimento da América do Norte. Por meio dela, esse território se diferia dos outros. A fronteira, em sua teoria, era apresentada como processual, deslocando-se entre oceanos, numa aproximação com a liberdade, com o território e a identidade. Em que o pioneiro do oeste americano desbravaria terras selvagens e expandiria seus domínios diante dos selvagens que ali se encontravam. Conforme Santos (2017, p. 186):

> o avanço ao longo dessa linha de fronteira envolvia o pioneiro em uma região inóspita, que apresentava severos obstáculos à sobrevivência. Essa linha de fronteira era o contato entre o civilizado e o selvagem e do resultado desse contato surgia um novo produto, totalmente americano. Isso porque o pioneiro precisava se adaptar a essa área de *wilderness*, alterando seus costumes e suas técnicas.

Menciona-se essa teoria de Turner pela influência que teria no Brasil, com a aplicação do pioneirismo para a expansão de domínios em territórios como a Amazônia, conforme Martin (1997). Todavia, o autor indica que, no âmbito brasileiro, a concepção europeia de uma fronteira política e linear limitadora predominou até o século XX. Entre os anos quarenta e cinquenta, o tema de fronteira é trabalhado como frente pioneira.

> [...] é também a situação espacial e social que convida ou induz à modernização, à formulação de novas concepções de vida, à mudança social. Ela constitui o ambiente oposto ao das regiões antigas, esvaziadas de população, rotineiras, tradicionalistas e mortas (MARTIN, 1997, p. 29).

Destarte, em espaço globalizado, a fronteira adquire nova roupagem, compondo-se como um lugar móvel com múltiplos significados que exerce um poder atípico naqueles que a vivem, sujeitos produtores de memórias, ativos na transformação desse espaço em um lugar multicultural e inter-relacional. A fronteira, em uma visão literária, é vista como um não-lugar, o inatingível de significado, um limite intransponível, um final nunca alcançado, a limitação de dois mundos que se encontram e

desencontram em algum lugar imaginário. Como alude Melo (1997, p. 69), as fronteiras são "elementos simbólicos carregados de ambiguidades, pois, ao mesmo tempo em que impedem, permitem ultrapassar", e impulsionam o desejo, em seus transeuntes, de transpor o que lhe foi limitado.

As fronteiras com suas duas funções de afastar e unir formam uma linha limitadora a partir daqueles que exercem o alto poder, que constroem barreiras que separam uns dos outros. Todavia, conforme Hobsbawn (1994), elas só se concretizam quando analisadas em consideração daqueles de baixo, de atores comuns que a vivenciam no dia a dia, que a compõem e a transformam em um lugar de pertencimento, mesclado por aspirações, esperanças e anseios por mudanças sociais. A fronteira torna-se um espaço de ideologias e trocas de poder, marcada por lutas simbólicas, um território multidimensional, uma criação simbólica marcada pelo interesse desenvolvido por diferentes atores sociais, que lhe imprimem valores, cultura, símbolos, condições, identidade que constituem seus processos histórico.

Trabalhando com fronteira, deve-se compreender brevemente as definições de espaço e lugar, sendo o primeiro compreendido como algo ativo e único, no qual se encontram materialidade e imaterialidade em meio às ações humanas.

> [...] seria o conjunto indissociável de sistemas e objetos, naturais ou fabricados, e de sistemas de ações, deliberadas ou não. A cada época, novos objetos e novas ações vêm juntar-se às outras, modificando o todo, tanto formal quanto substancialmente (SANTOS, 2006, p. 12).

O espaço é, para o autor, um território partilhado, que reúne diversos lugares relacionados, entre os quais haverá harmonia e/ou conflitos.

> o espaço é um símbolo comum de liberdade no mundo ocidental. o espaço permanece aberto; sugere futuro e convida a ação. do lado negativo, espaço e liberdade são uma ameaça [...]. ser aberto e livre é estar exposto e vulnerável. o espaço aberto não tem caminhos trilhados nem sinalização. não tem padrões estabelecidos que revelem algo, é como uma folha em branco na qual se pode imprimir qualquer significado. o espaço fechado e humanizado é lugar. comparado com o espaço, o lugar é um centro calmo de valores estabelecidos. os seres humanos necessitam de espaço e de lugar (TUAN, 1983, p. 72).

De certa forma, o espaço, como afirma Tuan (1983), é algo vasto e que está sujeito à sistematização. Apresenta eventos e objetos que ainda não foram percebidos pelos sujeitos e que carecem da significação, já que ainda não foram explorados. O autor argumenta que o espaço, então, se transformará em lugar, à medida que passa a ser significado e fechado, uma vez que um lugar é construído a partir da subjetividade dos sujeitos. O lugar é carregado de significados, que possibilitam

uma relação que envolve sentimentos de afeto e valoração, em que se produzem vínculos entre o sujeito e o meio.

Então, o lugar é onde o sujeito existe e se fixa, remete ao conhecido, ao identificado, "[...] lugar significa muito mais que o sentido geográfico de localização. Não se refere a objetos e atributos das localizações, mas a tipos de experiências e envolvimento com o mundo" (RELPH, 1979, p. 156). O lugar está incluso no espaço, é humanizado e cercado, ou seja, é um espaço fechado pelo homem que produz uma rede de afetividade com o mesmo, um mundo de valores e signos, onde se encontram as referências próprias de cada sujeito. Assim, o lugar surge da experiência pessoal do sujeito, da realidade vivida; o lugar propicia refletir sobre sua história por meio da cultura, considerando costumes, tradições e hábitos que lhe são inerentes, considerando sempre a subjetividade e as emoções dos sujeitos que vivem o lugar.

Retomando a fronteira entre espaço e lugar, como afirma Hanciau (2005), ela é fruto do imaginário humano que possibilita reconfigurar a realidade por meio de seu domínio de códigos, no qual reconhece-se a si e ao Outro, como sujeitos sociais, que vivem no espaço e no tempo. A fronteira é vista com um bem produzido em meio aos deslocamentos e oscilações dos paralelos da visão de mundo do sujeito social; logo:

> Se há dificuldade em pensá-las, em apreendê-las, é porque aparecem tanto reais como imaginárias, intransponíveis e escamoteáveis. Estudá-las, se não resolve essa problemática, leva pelo menos a entender o sentimento de inacabamento, ilusão nascida da incapacidade de conceber o "entredoismundos ", a complexidade deste estado/espaço e desta temporalidade (HANCIAU, 2005, p. 133).

Corroborando com esse pensamento, Santos (1996) indica que o limite se transmuta em fronteira, em território compartilhado, outrossim, traçado de forma precisa como uma linha que separa, mas que se difunde num espaço de "interface e de transição entre dois mundos tomados distintos" (p. 15). São dois mundos interpretados e ressignificados como reais e artificiais, pois o mapa é uma ferramenta de representação da imagem de uma fronteira, mas, além desse, a fronteira está viva e em deslocamento entre o lado de cá e o de lá.

Em uma visão tradicional, o espaço de fronteira é o limite, a descontinuidade entre os lugares, a separação de territórios entre os Estados, sendo uma ferramenta de controle e poder do Estado, uma zona de influência e conflito. Frente ao fluxo social e ao estabelecimento de relações comerciais, políticas e culturais, representa a integração entre os países vizinhos. Em meio à integração, há a disputa de pertencimento, vinculado ao lugar de fronteira, em que aqueles sujeitos vulneráveis e excluídos socialmente expressam o desejo de estar incluídos em um lugar, que não corresponde a um país

específico, nem Brasil ou Uruguai, por exemplo, apenas um Outro lugar entre esses dois mundos, uma fronteira idealizada por sujeitos anônimos (CAMPIGOTTO, 2006).

Uma fronteira idealizada, que em sua composição possui sociedades multiculturais, formadas pela diversidade étnica. Na composição de uma fronteira temos fronteiras simbólicas, fronteiras linguísticas, fronteiras políticas, fronteiras histórias, fronteiras de memórias, fronteiras econômicas, fronteiras sociais e, acima de tudo, são fronteiras humanas que se articulam na movimentação de múltiplos grupos étnicos em um fluxo contínuo (PEREIRA, 2003). Destarte, a noção de fronteira se apresenta no sentido tropológico e no material.

Não obstante, a fronteira é a partilha de dois espaços, interpretados como distintos, na segregação dos lugares e das memórias, por possuir incutido a si o limite, essa linha tênue, e até mesmo abstrata, que corresponde à fronteira, o limite que demarca a posse e o poder de um sobre o Outro, dividindo povos e criando o sentimento de separação e de uma suposta identidade coletiva de um país. Todavia, a fronteira, em sua construção coletiva, aprazada está pela heterogeneidade, pela combinação de identidades. Por isso:

> [...] a fronteira e demarcação imprecisa, vaga. Longe do núcleo, de costas para o território que em princípio lhe diz respeito, a fronteira é lugar pulverizado que se questiona mesmo com seus arquitetos e guardiões. O que deveria ser demarcação perceptível mostra-se espaço de transição, lugar de interpenetrações, campo aberto de interseções. O que foi concebido para conter transforma o conteúdo em espaço ilimitado, incontido. Para além da linha que demarca e exatamente a fronteira que explicita a amplitude ou a complexidade do que não foi arquitetado para ser contido ou confinado. O que foi concebido para por fim, para delimitar territórios com precisão como se fosse uma linha divisória, espraia-se em uma zona de interface e de transição entre dois mundos tomados como distintos (HISSA, 2002, p. 35-36).

Sendo a fronteira o tecido que envolve o encontro do Eu com o Outro de lugares distintos ou lugar nenhum. O limite circum-adjacente denota a posse, a propriedade do que me pertence, que me diferencia do outro e, nesse caso, volta-se para o limite novamente como o controle que o Estado exerce sobre o território. Todavia, esse poder estatal é questionado em seu sentido real quando ocorrem os encontros e trocas entre o Eu e o Outro. Deve-se ter em conta que o conceito de fronteira se modifica a partir da realidade e da corrente científica que o analisa. Uma zona de fronteira internacional é um espaço que surge em torno do limite imposto pela jurisprudência do Estado, que se distancia do nexo tradicional de separar um extremo (país) do outro em meio à firmação de identidades nacionais. Atualmente, a zona fronteiriça condiz com a lógica de intercâmbio entre grupos étnicos que ocupam territórios diferentes e, ao mesmo tempo, compartilhados, além da demarcação imposta.

Isto posto, temos na fronteira entre Jaguarão/BR e Rio branco/UY a compreensão de uma fronteira considerada livre, que possibilita o ir e o vir de forma natural, em uma complementação das

cidades. Ultrapassa-se diariamente a linha imaginária do limite estabelecido entre as cidades, principalmente pelas trocas econômicas, pelos acordos políticos e pelos laços culturais firmados no passado e circulantes na atualidade, tendo como elo o rio e a Ponte Internacional Mauá. No processo de trocas entre os sujeitos dessa zona de fronteira, temos o fronteiriço que apresentam similaridades na sua forma de sentir e viver a fronteira de *aqui* e de *alli*.

JAGUARÃO E RIO BRANCO: UM ESTUDO DAS DINÂMICAS HISTÓRICAS E CULTURAIS EM ZONA DE FRONTEIRA

O espaço de fronteira entre Jaguarão e Rio Branco sofreu com os embates estabelecidos entre as coroas portuguesa e espanhola, conflitos que originaram a criação de um espaço limítrofe de constantes trocas culturais. Esse território ficou caracterizado pela representação de sua origem vinculada aos acampamentos militares, todavia, de acordo com Costa e Silva (1968), essas paragens eram terras dos Tupis-guaranis, dos Guaicurus e os Gês. O espaço platino demonstra, em sua construção cultural, a influência indígena na criação de suas tradições, concomitante com as manifestações dos conquistadores europeus. Em certa medida, a fronteira como lugar de disputa passou pelo processo de estratégias praticadas por indígenas e colonizadores frente às ameaças externas, internas e do poderio imperial.

Considerando as relações sociedade/natureza juntos ao território ou espaço geográfico reconhecemos as relações políticas e conquistas sociais alcançadas durante esses processos conforme apresenta (SAQUET, 2015). E ao colocarmos essas relações vemos as fronteiras como eventuais manifestações que acontecem no interior das sociedades, sem esquecer as relações de vizinhança conforme apresenta (MARTIN, 1997).

Iniciando-se, no século XVIII, o processo de ocupação dessas regiões pelos conquistadores, a coroa portuguesa, especialmente, frente às ameaças constantes da perda de suas posses, destaca os bandeirantes paulistanos e os incentiva a combater contra as Reduções Jesuíticas, de padres espanhóis, que estavam atuantes desde o século anterior. O objetivo dos ataques era a captura dos sujeitos indígenas para serem utilizados como ferramentas de trabalho, função que já vinham desempenhando para os jesuítas. Consequentemente, apoderam-se da produção ganadeira das vacarias jesuíticas e criam os primeiros currais (PESAVENTO, 1985).

Osório (2007) argumenta que essa fronteira era um território de múltiplos atores sociais que disputavam lugares, como negros e indígenas que praticavam, assim como os portugueses e espanhóis, o contrabando e o roubo de gado. A autora ainda destaca que, por participarem de uma atividade em

comum, os súditos das duas coroas e os habitantes desse espaço firmavam uma espécie de aliança, que ultrapassava o cumprimento das ordens de seus soberanos.

Diante disso, os limites constituídos nessa zona de fronteira originam-se do assenhoreamento de terras, da exploração ganadeira e das relações sociais firmadas, uma vez que as linhas divisórias da fronteira legitimada pelo Estado ocorrem paulatinamente, somente a partir do ano de 1828, com a emancipação do Uruguai. Em seus traços territoriais, esses confins possuíam uma similaridade material em suas características morfológicas geográficas, fator que obstaculizava a fixação dos limites entre domínios espanhóis e portugueses. As terras da Província de São Pedro (Rio Grande do Sul) e da Banda Oriental (Uruguai) se confundiam e formavam um todo, tanto que a produção de culturas era próxima e assemelhava-se, também, como um ambiente identificado pelas trocas sociais e econômicas, construídas no comércio ilegal e na invasão de terras (OSÓRIO, 2007).

No período de 1777, firma-se entre a Coroa Espanhola e Portuguesa o Tratado de Ildefonso, no qual a orbe entre o rio Jaguarão e o Piratini ficaram imprecisas nessa separação apresentada no tratado, em consequência passam a ser designados de Campos Neutrais. Por ser uma região adequada para o desenvolvimento de rebanhos de gado vacum, essa zona torna-se valiosa e, assim, os conflitos luso e ibérico se acentuam, investindo na região com o destacamento de guardas militares. A guarda espanhola intitulada Cerrito será o marco de origem de Jaguarão e de Rio Branco.

A cidade de Jaguarão tem seu povoamento iniciado desde 1792 com a guarda militar espanhola, estabelecida no Cerro da pólvora. A guarda portuguesa, em princípios do séc. XIX, promove a povoação do Espírito Santo do Cerrito de Jaguarão, por meio da doação de terras em espaço urbano, possibilitando a constituição de um povoado. Nesse ínterim, encontra-se em disputas o domínio da Estancia Real do Cerrito, pertencente até então à Baronesa de Magé, através de doação a ela pela Coroa portuguesa, que se mantinha ocupada por invasores e inquilinos, fato que paralisou o processo de transferência de porções de terras. Os regulares conflitos luso e ibérico, após a emancipação colonial, acirram-se ainda mais, particularmente devido às aflições geradas entre os grandes pecuaristas e o Governo Central do Brasil, em 1822, no período da independência. Em Jaguarão, com a retirada de Baronesa à Portugal, as terras que estavam sob seu poder passam a ser ocupadas por agricultores e pecuaristas que solicitavam sua posse (MARTINS, 2001).

No período Cisplatino, Jaguarão sofre com ataques de saqueadores às estâncias de gado, o que enfraquece seu desenvolvimento econômico. Diante disso, com a Independência do Uruguai, Jaguarão torna-se vila em 1832, com base de produção econômica charqueadora, e presença de armazéns e militar. Torna-se cidade, no ano de 1855, e a existência de militares que atuavam nessa fronteira é elemento primordial para sua concretização como cidade e, com isso, assinala sua memória de fundação.

Sua localização espacial frente aos limites do Uruguai era uma excelente posição estratégica de salvaguarda do território brasileiro; o rio era uma ferramenta de impulsão econômica e ainda um elemento de proteção, já que o relevo dos cerros de Jaguarão possibilitava uma ampla visão do espaço vizinho, controlando, dessa forma, a movimentação militar inimiga, a partir da instalação de posto de vigias nesses pontos elevados.

O sistema industrial da cidade se apresentava pelas charqueadas, que comercializavam seus produtos por meio fluvial, através do porto, exportando também para o Uruguai. O porto era um elemento gerador de grandes recursos, pois, sem que os acessos terrestres fossem ainda construídos, a via fluvial era a forma mais rápida de transporte de produtos. Essa fase acaba por ser conturbada com a construção da ferrovia de Rio Grande. Em um salto temporal, no início do século XX, a economia do Estado do Rio Grande do Sul está fixada com Porto Alegre desenvolvida em torno da industrialização e Jaguarão se mantém economicamente por meio da exploração pecuarista e agrícola (soja e arroz), porque seu setor rural é de grande extensão.

Subsequentemente à firmação de Jaguarão, temos a formação da cidade de Rio Branco, localizada à direita das bordas do Rio Jaguarão, compondo uma zona de fronteira entre Uruguai e Brasil, pois na direção norte à esquerda do rio está a cidade de Jaguarão, com uma distância de mais de trinta e quatro quilômetros do encontro entre o rio e a Lagoa Mirim. As cidades estão ligadas pela Ponte Internacional Mauá. Rio Branco está a 390 quilômetros de distância da capital Montevidéu. Devido a seu pouco desnível territorial, na estação do inverno, a cidade sofre com os alagamentos que alcançam milhares de hectares de campos produtivos de arroz, prejudicando o plantio e a criação de rebanhos de ovinos e bovinos, pois, a localização de Rio Branco e de suas edificações se encontra em uma área topográfica baixa e próxima à ponte, na qual se desenvolve sua zona comercial, estando por suposto sempre comprometida com possíveis alagamentos. Por outro lado, a região da *cuchilla* se caracteriza por ser um lugar elevado da cidade e, por isso, não sofre de forma agressiva com as inundações.

Nos conflitos que envolvem a Banda Oriental, esta está presente nas divisões e ocupações territoriais das coroas ibérica e luso, caracterizando-se como um espaço de disputas. No que tange a Rio Branco, começa pela Espanha e em seu interesse de povoar as terras orientais como uma estratégia de defender suas propriedades conquistadas. Na rememoração de seu passado de fundação, no ano de 1792, a partir do interesse do vice-rei espanhol, Nicolás de Arredondo, a ordenar o destacamento de uma guarda militar para o Cerrito, que se localizava nas proximidades do centro da cidade de Jaguarão, chamado inicialmente como *Cerritos de Echenique*, posteriormente por Cerrito, *Guardia del Cerrito* e, também, por *Guardia de la Laguna*, compartilhava essa última identificação com os sujeitos do outro lado da fronteira A guarda tinha como função neutralizar e combater os ataques provindos dos luso-

brasileiros. Nesse local de disputa, um grupo de militares espanhóis percorriam essas terras orientais, buscando debelar o desenvolvimento do contrabando ganadeiro.

No século XIX, com a gênese do Estado Oriental do Uruguai e sequente República, as diretrizes políticas estão calcadas no modelo do liberalismo, regulamento com o intuito de demonstrar que a exploração de terras por meio de sujeitos estrangeiros auxiliaria e movimentaria no desenvolvimento da economia local e no crescimento populacional e, seguidamente, promoveria a inclusão de novos saberes e fazeres a partir do compartilhamento de novas técnicas de produção. Buscava-se, nessa medida, povoar novamente o meio rural, devido a seu alto poder de produção agropecuarista, já que a zona da campanha nessa época tinha uma pequena parcela povoada. No entanto, esse projeto não se concretiza, sendo mais atuante em regiões do litoral sul do país. Nisso, cria-se a Guarda de Arredondo, localizada primeiramente ao norte das margens do rio Jaguarão (lado brasileiro), passando posteriormente para o lado direito desse (lado uruguaio), no qual advêm as primeiras povoações ao fim do sec. XVIII. Ao alcançar a Independência do Uruguai, José Fructuoso Riveira difunde um regime de política de povoação, estabelecendo-se a Villa de Arredondo.

Em 1853, mediante medida do Parlamento Nacional Uruguaio, Arredondo é rebatizada como Villa Artigas, em respeito à memória de José Artigas. Todavia, no ano de 1915, modifica-se novamente o antenome para Rio Branco em agraciamento a José Maria da Silva Paranhos Junior, o Barão de Rio Branco, importante personagem nos acordos assinados entre Uruguai e Brasil, na aurora do século XX (MIRANDA, 2002).

O Pueblo de Arredondo, em 1824, apresentava um número de mais de mil habitantes localizados principalmente na região de Cuarto Partido. Com a emancipação do Uruguai, o Pueblo conquista notoriedade por localizar-se às margens do rio Jaguarão, ponto que possibilitava ao país uma ligação direta com a Lagoa Mirim, a Lagoa dos Patos, o São Gonçalo e especialmente o porto de São Pedro do Rio Grande, rota de exportação de produtos, como couro, charque, banha e cerda, principais mercadorias de comercialização do Uruguai, que eram expedidas para o Brasil, para países europeus e para Cuba. Uma vez que a presença da exploração charqueadora em Arredondo contava com mais de vinte instalações de *saladeros.*

Cantón (1990) argumenta que, no ano de 1888, o povo rio-branquense é afligido com uma forte enchente que destruiu muitos edifícios residenciais e comerciais e grande extensão da cidade é atingida. Após este trágico momento vivido, as construções são deslocadas e construídas na *Cuchilla*, havendo uma divisão organizacional perceptível, nos dias atuais, entre as construções próximas ao rio (ponte) e as do alto da *cuchilla.* O autor rememora que, no ano de 1909, a Villa Artigas é rebatizada como Rio Branco.

Alejo (1992), corroborando com Cantón (1990), expõe que, no ano de 1890, posterior ao fim do período militar, ocorreu uma crise econômica relegando a um estado marginal a população uruguaia. Uma das consequências é o forte êxodo rural que, devido à falta de emprego, faz com que os indivíduos acabam por migrar para as terras do lado de lá (brasileiras). Quanto à cidade de Artigas (Rio Branco), neste âmbito, acaba por sofrer com os períodos de inundações pelas águas do rio Jaguarão, diminuindo consideravelmente o número de habitantes. O processo de investimento de obras públicas na cidade resulta em qualidade de infraestrutura, como a exemplo a implementação de estrada que facilita o fluxo entre o território uruguaio e brasileiro (Jaguarão) e possibilita o desenvolvimento de Rio Branco (ALEJO, 1992).

> El território uruguayo fronteirizo com el Brasil es objeto de propuestas de desarollo que en su mayor parte presentan el común denominador de basarse-por lo menos em forma elemental- en las condiciones agro-económicas del suelo, em la existência de vias de conexión territorial- siendo em caso contrario su realización parte de la propuesta- y en problema de la despobación y la soberania de la franja fronteriza em el Brasil. Se trata de planteos que abordaron la instalación de conjuntos de colonias dentro de zonas territoriales y de extensión considerable, com aspiraciones casi siempre fura del alcance de las posibilidades económicas del pais, contando con una formulación relacionada directa o indirectamente con aspectos de estruturación de território (CANTÓN, 1990, p. 154).

Nesse período, o crescimento da cidade estava voltado para a zona alta, por medo das enchentes, o que fez com que, na parte central, o preço da terra se elevasse, contribuindo para o avanço do sistema de transporte público e particular. Em um comparativo, na atualidade, a zona baixa da cidade surge composta pelo fluxo comercial de estabelecimentos, como os freeshops, que auxiliam na progressão econômica tanto de Rio Branco como de Jaguarão.

Numa análise do crescimento populacional de Rio Branco, no período que corresponde a 1963 a 1985, Cantón (1990) informa, com base no censo, que houve um aumento demográfico na cidade que passa de quatro mil habitantes para mais de nove mil, respectivamente. O autor indica que isso ocorre pela conjuntura de fatores, como o contrabando, a produção agrícola, projetos governamentais, a implementação do modo de produção agroindustrial, o fluxo migratório e a baixa emigração, bem como a efetuação da linha férrea existente a partir de 1932.

A zona urbana de Rio Branco apresenta sua produção econômica sustentada pelo setor terciário; o comércio emprega grande número da população, estando diretamente ligado à ingerência de Jaguarão. Verdadeiramente, há, nos dias atuais, um fluxo direcionado entre jaguarenses e rio-branquenses que se movem na direção vizinha para adquirirem mercadorias. A indústria também tem importante participação na economia da cidade, pois, nos anos 90, abarcava o equivalente a vinte por cento da população.

Com a chegada do século XX, deve-se mencionar brevemente a construção da Ponte

internacional Mauá como uma ação histórica que modificou as relações dessa fronteira até então estabelecidas, já que afetará diretamente a economia de fronteira das duas cidades. A Ponte Mauá tem sua data de construção empreendida entre 1927 e 1930, por meio do acordo celebrado entre Brasil e Uruguai, situando-se entre as águas do rio Jaguarão.

> Ubicada a las márgenes de un meandro del río Yaguarón, amplió sus lazos con la vecina ciudad yaguarense a partir de 1934, con la construcción del puente Mauá, con- cebido con triple propósito: carre- tero, ferroviario y aduanero. A pe- sar de no estar ubicado en el cen- tro de la ciudad, el puente Mauá constituye la verdadera espina dorsal de la actividad de Río Branco. La mayor parte de la extensión del puente está ubicada en territorio uruguayo, determinando la separación de la ciudad en dos barrías tradicionalmente llamados Río Branco y la Cuchilla (parte alta). Un nue- vo y bien meditado nomenclator actualiza nombres de barrios y calles eliminando la monotonía de los 18 de Julios y 25 de Agosto habituales en los núcleos urbanos del interior. Se está a la espera de su aprobación. [...] El hábito común de los pobladores de zonas fronterizas, de hacer compras o divertirse de un lado u otro del límite acrecienta el enorme tránsito de peatones y coches entre Río Branco y "Jaguaráo", en "integración" real desde mucho antes de que ese vocablo fuera utilizado (GRAVINA, 1970, s/p.).

Com uma função comercial, cultural e diplomática que promovia e promove o fluxo de produtos e pessoas, agenciando uma integração com a passagem de lá para cá e vice-versa, concretiza-se seu valor simbólico como representativa do povo que vivencia essa fronteira, uma imagem que rememora os conflitos e os tratados históricos firmados. Atualmente, a ponte é considerada um patrimônio binacional. Nos contornos desta fronteira, na visão do literário Aldyr Garcia Schlee (1998), o mesmo a define como uma terra de um lugar só, de constantes compartilhamentos que origina um povo singular; em suas palavras:

> Vivia perplexo diante do Uruguai, não propriamente diante do mundo, mas, antes, diante daquele outro mundo: tão perto e tão longe, logo ali do outro lado da risca vermelha no cimento da ponte, *muy cerca, cerquita,* cercado (a risca vermelha no meio da ponte) [...]. Aquele outro mundo, separado e unido pelo rio: tão diferente e tão igual tão distinto e tan distinto tão distinguido e tan distinguido tão esquisito e tan exquisito (SCHLEE, 1998, p. 53).

Em sua descrição desse espaço, Schlee (1998) refere que, no deslocamento do tempo, a fronteira entre Jaguarão e Rio Branco representava um lugar de passagem, uma complementação de sentidos, ocupada e vivida por aqueles sem pátria que se originavam nos embates históricos entre as coroas dominantes. De tal forma, não existe uma fronteira firme em seus limites, com contornos fielmente fechados, mas, sim, um emaranhado de linhas que congruem em diferentes lugares passíveis de apropriação.

No contexto atual, Jaguarão conta com uma população de 27.393 habitantes (SEBRAE, 2019), com sua base econômica calcada no comércio, seguido pela exploração pecuarista (bovino, ovinos e

cavalares) e agrícola (soja, arroz, trigo, milho e aveia), sendo que mais de 93% da população reside em espaço urbano. Por outro lado, Rio Branco, de acordo com dados do Instituto Nacional de Estatística do Uruguai, possui 16.270 habitantes. Há de se destacar que as informações são do ano base do censo de 2011, com isso, não há informações atualizadas, mas se encontram disponíveis, também, no portal virtual do governo. O desenvolvimento econômico de Rio Branco se apresenta, segundo Costa (2011), por meio da economia de fronteira:

> Em 2003, iniciou-se o processo de instalação de freeshops na cidade, revigorando a economia local e estimulando o fluxo de brasileiros em busca de produtos importados com preços mais baixos que os encontrados em território brasileiro, tornando-se mais competitivos diante do comércio nacional. A isenção de impostos sobre os produtos uruguaios inclusive acabou por configurar essa faixa fronteiriça Brasil/Uruguai, manifestando-se ainda em outras cidades como Rivera e Chuy, que contam com esta vocação comercial em níveis ainda maiores que Rio Branco [...]. Devido, em grande parte, às constantes enchentes que ocorriam na cidade, com o avanço do rio Jaguarão (1888, 1925, 1959, 1972, 1984), Rio Branco apresenta poucos imóveis ou vestígios materiais do período de formação da cidade, tendo, entretanto, como Monumento Histórico Nacional do Uruguai a Ponte Internacional Mauá [...] (COSTA, 2011, p. 92).

Contudo, o rio Jaguarão e a ponte internacional Mauá são os elementos responsáveis para o desenvolvimento social, econômico, político e cultural desse espaço de fronteira Jaguarão/Rio Branco. Em uma visão crítica, Mazzei (2013) informa que essa zona de fronteira porta um excessivo distanciamento social, tendo na ponte a representação deste estado, e cita as palavras de interlocutores fronteiriços que defendem esse ponto ao dizerem que “tenemos un Río que nos une y un Puente que nos separa” (2013, p. 47). Quando observado, o caso das instalações dos freeshops oportunizaram a promoção da economia de Rio Branco, porém, em Jaguarão, isso não se reflete no mesmo grau; por outro viés, a instalação dessa forma de comércio de produtos fez com que Jaguarão tivesse a benesse do fluxo turístico, com o consumo de serviços hoteleiros e gastronômicos, em virtude do fato de Rio Branco não possuir tal infraestrutura nos mesmos padrões de Jaguarão, até mesmo pela diferença de extensão geográfica entre as cidades.

> El jerarca de Rio Branco visualiza la integración fronteriza como la convivencia continuada de intercambios familiares, sociales, culturales, económicos y deportivos entre los vecinos de Yaguarón y Rio Branco [...] esa misma perspectiva apresenta la prefectura de Yaguarón (MAZZEI, 2013, p. 48).

Ainda nessa perspectiva, Mazzei (2013) salienta que as burocracias administrativas impostas pelas políticas de regulamentação da fronteira impedem o processo de cooperação binacional, inviabilizando uma troca efetiva de coadjuvação entre os sujeitos fronteiriços. Tem-se um distanciamento tangível entre os setores de serviços públicos de uma cidade para outro, que não

comunicam as relações da "[...] Alcaldía de Rio Branco y la Prefeitura de Yaguarón, desde los servicios consulares de ambos países, tienden a sostener la vecindad fronteriza, más que a promover iniciativas más autónomas de cooperación inter-institucional y binacional" (MAZZEI, 2013, p. 50).

Mediante uma perspectiva poética, as cidades de Rio Branco e Jaguarão, têm em sua franja fronteiriça, nas palavras de Schlee (*apud* SOARES e COSTA, 2010, p. 260), "Ir a Jaguarão e Rio Branco é ir ao exterior sem sair do interior, é ir ao estrangeiro sem ser forasteiro, é sentir-se cosmopolita dentro de casa. [...], é descobrir o resto do mundo no próprio espelho, ante a conformidade das margens opostas [...]". Neste texto, temos a ideia de uma irmandade entre as cidades, um olhar mais voltado para o imaginário simbólico do vínculo da fronteira, que tem em sua estrutura a união como uma imagem inerente. Contrária ao pensamento de Mazzei (2013), a autora Costa (2011) afirma que as águas do rio Jaguarão são os limites naturais impostos e a ponte é o elo que cria a aproximação entre as cidades, mesmo em contexto de confrontos culturais.

Através da ponte é possível conservar os momentos de trocas, criar e recriar novas relações culturais entre as duas cidades, que aparentam, em certa medida, ser complemento uma da outra. Isto posto, em meio à construção desta fronteira de cidades consideradas integradas, temos dois povos que apresentam elementos culturais próximos e compartilhados, que modificam a identidade do ser fronteiriço.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na conclusão deste estudo sobre as dinâmicas de fronteiriças entre Rio Branco, no Uruguai, e Jaguarão, no Brasil, destacamos que o objetivo principal foi investigar como essas zonas de intersecção funcionam não apenas como barreiras físicas, mas também como espaços de intensa interação socioeconômica e cultural. Através de revisão bibliográfica em um viés geohistórico, o estudo explorou os múltiplos aspectos que caracterizam as fronteiras, destacando sua natureza como construções sociais e culturais que influenciam profundamente as interações humanas e a organização territorial.

Os principais conceitos abordados incluíram a permeabilidade das fronteiras, influenciada por variáveis políticas, econômicas e sociais; a geminação de cidades como facilitadora da cooperação internacional e intercâmbios culturais; e a ideia de fronteiras como zonas de transição que acolhem e facilitam trocas e interações. Essas discussões foram ancoradas em uma compreensão abrangente que reconhece as fronteiras como espaços dinâmicos e medulares para a configuração do mundo contemporâneo, e como locais que transcendem suas limitações físicas para moldar a organização territorial e as identidades locais.

A análise concluiu que as fronteiras entre Rio Branco e Jaguarão, especificamente, servem como um exemplo eloquente de como infraestruturas como a Ponte Internacional Barão de Mauá podem atuar nas relações fronteiriças, promovendo uma convivência contínua que traz diferentes experiências para ambas as comunidades. Nesse fio condutor, a discussão abordou que, em um contexto de globalização, essas cidades gêmeas enfrentam desafios e oportunidades singulares que requerem políticas inovadoras e cooperativas para aproveitar plenamente seu potencial de desenvolvimento compartilhado.

Reconhece-se que as fronteiras não são apenas linhas divisórias, mas entidades que compõem um sistema interativo e mutuamente influente. Elas são conjuntos de objetos (elementos físicos como muros, rios ou cercas) e ações (atividades humanas como comércio, migração e controle) que não existem de forma isolada, mas sim em uma relação de interdependência e contradição.

A ideia de que o espaço fronteiriço constitui uma noção genérica implica que ele abrange mais do que a linha de demarcação física; inclui também as áreas adjacentes de cada território que se interligam e interagem, formando uma nova entidade que pode ser bipartite (envolvendo dois países) ou tripartite (envolvendo três). Essa concepção ressalta que as fronteiras são zonas de interação onde os territórios se encontram e se influenciam mutuamente, muitas vezes criando dinâmicas e características únicas, como o caso da região fronteiriça Jaguarão-Rio Branco.

No entanto, deve se ter em conta que as fronteiras são tanto proativas quanto reativas, proativas no sentido de que podem ser usadas por um país para exercer controle ou impor políticas reativas no sentido de que respondem a movimentos ou políticas do país vizinho. Portanto, as fronteiras funcionam como espelhos que refletem as políticas, as culturas e as economias dos países vizinhos, influenciando e sendo influenciadas por elas.

Por fim, não podemos esquecer menções às áreas administrativas internas, zonas de produção que cruzam fronteiras, regiões limítrofes e rotas, como elementos do espaço fronteiriço que indicam para a variedade de componentes que contribuem para a complexidade das zonas de fronteira. Esses elementos destacam que as fronteiras não são apenas barreiras, mas pontos de conexão que facilitam a interação econômica, cultural e política, moldando o espaço fronteiriço em um sistema dinâmico e interconectado. Pois, a fronteira é o lugar em que o novo está sempre em manifestação, à reinvenção do espaço que habitamos diariamente, em linhas poéticas que unem vidas, histórias e esperanças, refletindo a verdadeira essência de cada passagem, cada encontro no palco do cotidiano do ser *fronteiriço*.

REFERÊNCIAS

ALEJO, J. A. **Rio Branco**: un enfoque historico y su realidad actual de cara al año 2000. Río Branco: Junta Autonoma Electiva de Rio Branco, 1992.

ALFONSO, H. D.; CANALES, S. H. "Una aproximación crítica al itinerario conceptual de las ciudades fronterizas en América Latina. Si somos americanos". **Revista de Estudios Transfronterizos**, vol. 23, 2023.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Editora Edições 70, 2016.

BRITES, W. F. "Twin cities? Posadas, Argentina and Encarnación, Paraguay from a socio-urban perspective". **Estudios Fronterizos**, vol. 19, 2018.

BRITO, A. P. G. *et al*. "A Importância da Pesquisa Bibliográfica no Desenvolvimento de Pesquisas Qualitativas na Área de Educação". **Cadernos da Fucamp**, vol. 20, n. 44, 2021.

CÂMARA, Á. R. T. **A un paso de la frontera**: dinâmicas fronteiriças e migratórias em localidades situadas junto à fronteira Brasil-Uruguai e Brasil-Venezuela (Tese de Doutorado em Ciências Sociais). Brasília: UnB, 2020.

CAMPIGOTTO, J. A. "Fronteira e História Cultural". *In*: SCHALLENBERGER, E. (org.). **Cultura e memória social**: territórios em construção. Cascavel: Editora Coluna do Saber, 2006.

CANTÓN, V. *et al*. "La Investigación Geográfica aplicada a un Proyecto de Desarrollo". **Revista Geográfica**, n. 111, 1990.

CASTROGIOVANNI, A. C. *et al.* "Fronteiras e turismo: tensionando conceitos". **Anais do IV SEMINTUR–Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL**. Caxias do Sul: UCS, 2006.

CLAVAL, P. "As dimensões funcionais e simbólicas da composição urbana no século XIX". *In*: SILVA, J. B. **É geografia, é Paul Claval**. Goiânia: FUNAPE, 2013.

COSTA E SILVA, R. **Notas à margem da história do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora Globo, 1968.

COSTA, L. C. N. **Turismo e paisagem cultural**: para pensar o transfronteiriço (Dissertação de Mestrado em Turismo). Caxias do Sul: UCS, 2011.

FARIA, J. **Fronteira, cidades gêmeas e escolas de fronteira**: educação como eixo de integração fronteiriça (Dissertação de Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia). Manaus: UFAM, 2020.

FERRARI, M. "As noções de fronteira em geografia". **Revista Perspectiva Geográfica,** Unioeste, vol. 9, n. 10, 2014.

FUÃO, F. F. "O que é uma borda?" **Blog Fernando Fuão** [2019]. Disponível em: <www.fernandofuao.blogspot.com>. Acesso em: 15/03/2024.

GOUSSOT, M. "Les frontières de l'Amérique du Nord: Enjeux et perspectives". **Population & Avenir**, n. 4, 2020.

GRAVINA, L. T, "Rio Branco". *In*: ALJANATI, D.; BENEDETTO, M.; PERDOMO, W. **Cerro Largo los departamentos**. Montevideo: Editora Nuestra Terra, 1970.

HANCIAU, N. J. "Entre-Lugar". *In*: FIGUEIREDO, E. (org.). **Conceitos de literatura e cultura**. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2005.

HISSA, C. E. **A mobilidade das fronteiras**: inserções da geografia na crise da modernidade. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.

HOBSBAWN, E. **Nações e nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1994.

JAYNE, M. *et al*. "Twin cities: territorial and relational geographies of 'worldly'Manchester". **Urban Studies**, vol. 50, n. 2, 2013.

KNODELL, A. R. **Societies in Transition in Early Greece**: An Archaeological History. California: University of California Press, 2021.

LANGER, C.; GÖTZ, C. M. F. "Boundaries, Borders and Frontiers: Contemporary and Past Perspectives". **eTopoi. Journal for Ancient Studies**, vol. 7, 2020.

MACHADO, L. O. "Limites, Fronteiras, Redes". *In*: STROHAECKER, T. M. *et al*. (org.). **Fronteiras e Espaço Global**. Porto Alegre: AGB, 1998.

MARTIN, A. R. **Fronteiras e Nações**. São Paulo: Editora Contexto, 1997.

MATOSO, F. P. *et al*. **O Direito à cidade na fronteira Brasil-Paraguai**: a democracia participativa nas cidades gêmeas de Ponta Porã (BR) E Pedro Juan Caballero (PY) (Dissertação de Mestrado em Fronteiras e Direitos Humanos). Grande Dourado: UFGD, 2020.

MATTOS, C. **Geopolítica e teoria de fronteiras**: fronteiras do Brasil. Rio de Janeiro: Editora Bibliex, 1990.

MAZZEI, E. **Fronteras que nos unen y límites que nos separan**. Udelar, Melo, 2013.

MEDINA, L. "Pouvoir, préservation, prédation. Les frontières d'Amérique latine témoins d'un continent sous tensions". **L'Espace Politique**, n. 42, 2020.

MELO, V. D. "Reformas Liberais e Descentralização no Brasil (1990-2002): a atuação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)". **Anos 90**, vol. 19, n. 36, 2012.

MIKHAILOVA, E.; GARRARD, J. **Twin cities across five continents**: interactions and tensions on urban Borders. London: Routledge, 2021.

MIRANDA, W. **Arquitetura e Urbanismo na Fronteira Brasil/Uruguai**: o espaço comercial construído em Jaguarão/Rio Branco (1800-1940) (Tese de Doutorado em Integração Regional). Pelotas: UFPel, 2002.

MOURA, E. **Do Oiapoque ao... vislumbrar da dinâmica territorial urbana na fronteira franco-brasileira** (Tese de Doutorado em Geografia). Fortaleza: UFC, 2021.

NAVARRO, R. F. "Comunicação e fronteiras: geografias e espaços simbólicos das práticas comunicativas na América Latina". *In:* SILVA, M. P; OTA, D. C. **Fronteiras culturais e práticas comunicativas**. Campo Grande: UFMS, 2023.

PEREIRA, J. H. "Processos identitários da segunda geração de migrantes de diferentes etnias na fronteira Brasil-Paraguai". *In*: MARIN, J. R.; VASCONCELOS, C. A (orgs.). **História Região e identidades**. Campo Grande: Editora da UFMS,2003.

PESAVENTO, S. J. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora Mercado Aberto, 1985.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

RELPH, Z.C. "As bases fenomenológicas da geografia". **Geografia**, vol. 7, n. 4, 1979.

RESENDE, L. M. **Cartografia urbana na linha de fronteira**: travessias nas cidades-gêmeas Brasil-Uruguay (Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Pelotas: UFPEL, 2019.

SANTOS, E. F. M. "O conceito de fronteira na historiografia estadunidense no final do século XIX e início do século XX". **Anais do VIII Congresso Internacional de História**. Maringá: UEM, 2017.

SAQUET, M. A. "Por uma abordagem territorial". *In*: SAQUET, M. A.; SPOSTIO, E. S. (orgs.). **Território e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. Rio de Janeiro: Editora Consequências, 2015.

SILVA, M. M.; OLIVEIRA, G. S.; SILVA, G. O. "A pesquisa bibliográfica nos estudos científicos de natureza qualitativos". **Revista Científica**, vol. 2, n. 1, 2021.

SOHN, C. "Book review: Twin cities across five continents". **Geographica Helvetica**, vol. 78, 2023

SOLÉ, S. "Corps et villes à la frontière : Border Tuner de Rafael Lozano-Hemmer. Astasa - Arts×Sciences×Technologies". **Actualités Scientifiques de l'Art** [2024]. Disponível em: <www.science>. Acesso em: 23/01/2024.

TUAN, Y. F. **Espaço e Lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: Editora Difel, 1983.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano VI | Volume 18 | Nº 52 | Boa Vista |2024

http://www.ioles.com.br/boca

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávaro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima